

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

O Código de Ética e Disciplina da OAB determina que o advogado mantenha conduta compatível com os preceitos regulamentados pelo Código. De modo que determina expressamente os deveres do advogado, com isso julgue a alternativa correta;

- a) O advogado deve preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza não se atendo a dignidade da profissão.
- b) O Advogado deverá agir com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé.
- c) O Advogado deverá zelar pela sua reputação profissional apenas, pois a reputação pessoal não está prevista no Código.
- d) O Advogado deverá sempre alertar o cliente dos riscos da lide, de modo que a conciliação não é principal ação a ser estimulada.

Questão 2

De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, a revogação do mandato judicial por vontade do cliente (...).

Marque a alternativa que complete a frase;

- a) Desobriga o pagamento das verbas honorárias contratadas, bem como retira o direito do advogado de receber quantia em eventual verba honorária de sucumbência.
- b) Não desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas, mas retira o direito do advogado de receber eventual verba honorária de sucumbência.
- c) Não desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas, bem como não retira o direito do advogado de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência em sua proporcionalidade.
- d) Não desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas, bem como não retira o direito do advogado de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência em sua totalidade.

Questão 3

De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, o Advogado deve ter consciência de que o Direito é um meio de mitigar as desigualdades para o encontro de soluções justas e que a lei é um instrumento para garantir a igualdade de todos, desta forma o advogado poderá...

- A) utilizar de sua influência para estimular a celeridade da causa judicial, no intuito de desonerar o judiciário e benefício de seu cliente.
- B) Não utilizar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente.

C) utilizar de sua influência para estimular a celeridade da causa judicial, independente do benefício de seu cliente.

D) Não prezar pela celeridade jurídica tendo em vista o benefício de seu cliente.

Questão 4

De acordo com o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, são atividades privativas da advocacia (...). Marque a opção errada;

a) Postulação aos juizados especiais.

b) Prestação de consultoria e assessoria jurídica.

c) O ingresso com o pedido de Habeas Corpus em qualquer instância.

d) A revisão de contratos celebrados por pessoas jurídicas, sob pena de nulidade.

Questão 5

O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei (...).

I Advocacia-Geral da União

II Procuradoria da Fazenda Nacional

III Defensoria Pública

IV Consultor

Marque a alternativa correspondente;

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

c) Apenas a alternativa IV está errada.

d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

Questão 6

É Direito do advogado comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis. Julgue a alternativa;

a) É obrigatório a apresentação da procuração.

b) Não é obrigatório a apresentação da procuração.

c) É obrigatório a autorização do Diretor do presídio.

d) O advogado sem procuração poderá se comunicar sem procuração, mediante a acompanhamento do agente penitenciário.

Questão 7

De acordo com o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados, para inscrição como advogado é necessário;

I - capacidade civil;

II - diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada;

III - aprovação em Exame de Ordem;

IV – ter sido estagiário por, pelo menos, um ano.

Marque a alternativa correspondente;

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

d) Apenas a alternativa IV está errada.

d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

Questão 8

Se o advogado pretende substabelecer os poderes que lhe foram conferidos pelo seu cliente, pois pretende ficar um longo tempo afastado, sem saber a data do retorno. De acordo com o Código de Ética, tal ato deve:

a) Ser substabelecido sem reserva somente, por ser ato privativo.

b) Ser substabelecido, sem reserva de poderes, após a evidente comunicação ao cliente.

c) Ser substabelecido pelo período de 6 meses, renovando o substabelecimento caso seja necessário.

d) Esperar que o cliente indique novo Patrono.

FILOSOFIA DO DIREITO**Questão 09**

“Aqui estão, pois, as três questões recorrentes: Como difere o direito de ordens baseadas em ameaças e como se relaciona com elas? Como difere a obrigação jurídica da obrigação moral, e como está relacionada com ela? O que são regras e em que medida é o direito uma questão de regras?” Herbert L.A. Hart.

Herbert L. A. Hart, em sua obra *O conceito de Direito*, sustenta a possibilidade do positivismo brando (soft positivismo) por reconsiderar o papel dos princípios morais ou valores substantivos frente o conceito de Direito. Sobre a relação entre o direito, coerção e moral assinale a opção adequada ao pensamento do autor na obra em referência:

- a) O direito é identificado como a junção de regras coercitivas, denominadas como regras primárias, capazes de infringir sanções em caso de descumprimento.
- b) O direito é identificado como a união de obrigações morais, chamadas de regras secundárias, que garantem a validade do ordenamento jurídico.
- c) O positivismo brando considera a equivalência entre o direito romano-germânico e o direito consuetudinário em razão da preponderância dos precedentes judiciais para fundamentar o direito
- d) O autor considera a possibilidade de que a norma de reconhecimento do ordenamento jurídico incorpore, como critério de validade jurídica, a obediência a princípios morais ou valores substantivos.

Questão 10

“O fenômeno jurídico manifesta-se ou existe porque o homem se propõe fins. Não é possível que se realize, por exemplo, um contrato, sem que algo mova os homens à ação. Quem contrata é impelido pela satisfação de um valor ou de um interesse, por um objetivo a atingir, por um fim qualquer que constitui o ato, dando-lhe vida e significado como razão de seu dever ser.” Miguel Reale

Miguel Reale ao desenvolver a teoria tridimensional do direito considera o fenômeno jurídico à luz dos elementos fato, valor e norma. Acerca da relação entre esses três elementos assinale a assertiva correta:

- a) O estudo do Direito exige a separação entre fato, valor e norma, de modo a especificar quais seriam os elementos fáticos que configuram o direito e preservam os valores.
- b) Os fatos e os valores são essenciais para a construção de uma norma jurídica, no entanto após sua edição não se deve modificar a interpretação em uma abordagem evolutiva para garantir a segurança jurídica.
- c) Fato, valor e norma apesar de serem opostos possuem correlação dinâmica e se estruturam em um processo dialético de complementariedade.
- d) A estrutura da experiência jurídica é estática e resulta da lógica de subsunção entre os três termos que constituem a experiência jurídica: fato, norma e valor.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Durante aula ministrada pelo Professor Paulo, o aluno Rosental perguntou se haveria limites a serem observados no tema dos direitos fundamentais. Prontamente, o professor respondeu ao aluno que os referidos direitos:

- a) somente podem ser limitados por outros direitos previstos em lei ordinária;
- b) podem ser limitados em caráter abstrato, mas não na incidência do caso concreto;

- c) somente podem ser limitados por outros direitos reconhecidos pela doutrina;
- d) podem ser limitados por outros direitos da mesma natureza, viabilizando a sua concordância prática.

Questão 12

Roberto, em pleno gozo de seus direitos políticos, tomou conhecimento de que o Prefeito do Município de Salvador estava realizando gastos de forma irregular, sem a prévia realização de processo licitatório e sem qualquer motivo que permitisse a contratação direta no âmbito da administração pública. Diante do feito, e com o objetivo de responsabilizar o Prefeito pelos danos causados ao erário público, Roberto procurou um advogado experiente para orientação jurídica sobre qual ação seria cabível para o caso. À luz da sistemática constitucional, o advogado respondeu que seria:

- a) Mandado de segurança;
- b) Reclamação Constitucional;
- c) Mandado de injunção;
- d) Ação Popular.

Questão 13

Determinada Lei nº. 1234 do Município de Salvador dispôs sobre o horário limite de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, tendo em vista a necessidade de ser disciplinada a circulação de pessoas e veículos, que tende a ser maior quando esses estabelecimentos estão abertos ao público. De acordo com Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a referida é

- a) inconstitucional, pois, embora o Município possa legislar sobre a matéria, o comando legal ofende a livre concorrência;
- b) constitucional, pois o Município está autorizado a legislar concorrentemente com a União em matéria de direito comercial;
- c) inconstitucional, pois o Município não possui competência legislativa para legislar sobre direito comercial;
- d) constitucional, pois o Município é competente para legislar sobre interesse local e o comando legal é razoável.

Questão 14

Um grupo de deputados estaduais, sob a liderança do experiente deputado Renato, apresentou um projeto de lei visando dar amparo à reivindicação dos servidores públicos. No que tange ao referido projeto, tem-se:

Art. 1º: estabeleceu regras detalhadas sobre o regime disciplinar dos servidores públicos, tipificando infrações administrativas e cominando sanções;

Art. 2º: vedou a realização de contratações de pessoal por todos os entes públicos, nas circunstâncias que descreveu, as quais caracterizavam a prática de nepotismo; e

Art. 3º: estabeleceu que a remuneração dos servidores públicos estaduais deve ser revista, a cada ano, conforme a variação da inflação do período.

Cumprido destacar que a proposta foi aprovada e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, dando nascimento à Lei Estadual 1234. Isto posto, à luz do texto da CRFB/88, é possível afirmar que houve vício de inconstitucionalidade sobre:

- a) apenas sobre o artigo 1º;
- b) sobre todos os artigos;
- c) apenas sobre os artigos 1º e 2º;
- d) apenas sobre os artigos 1º e 3º

Questão 15

Em 2018, Renan é nomeado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para exercer a função de confiança de chefe do setor onde estão lotados os Oficiais de Justiça do Tribunal. O objetivo é organizar os trabalhos desempenhados e permitir maior celeridade no cumprimento dos mandados, tendo em vista os problemas ocorridos em 2017 com o setor. Nesse sentido, diante da Constituição Federal de 1988 sobre o tema, pode-se afirmar que Renan:

- a) pode ser particular, pois seu cargo é de livre nomeação; ou também servidor público ocupante de cargo efetivo;
- b) é necessariamente servidor público ocupante de cargo em comissão;
- c) pode ser particular, pois seu cargo é de livre nomeação; ou também ocupante de cargo em comissão;
- d) é necessariamente servidor público ocupante de cargo efetivo.

Questão 16

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, visando analisar a apelação interposta por Igor Belmonte, identificou que o recorrente tinha formulado pedido de aplicação da Lei Federal no 1234, que havia sido considerada inconstitucional em sede de sentença pelo juízo de primeiro grau. De acordo com o sistema brasileiro de controle difuso de constitucionalidade, é correto afirmar que a 1ª Câmara Cível do Tribunal:

- a) deve suspender o exame do recurso de apelação e aguardar que o STF analise a referida lei;
- b) deve suspender o exame do recurso de apelação e aguardar que o pleno do Tribunal autorize a aplicação da lei;
- c) pode reconhecer a inconstitucionalidade da referida lei e deixar de aplicá-la ao caso concreto;
- d) pode reconhecer a constitucionalidade da referida lei e aplicá-la ao caso concreto.

Questão 17

O Governador do Estado de Pernambuco, ao tomar conhecimento de que o STF declarou a inconstitucionalidade da Lei X do referido Estado, decidiu ajuizar duas ações diretas de inconstitucionalidade de leis semelhantes, dos Estados da Bahia e Sergipe. Importante destacar que as ações foram ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal e que as leis questionadas não guardam qualquer correlação com o Estado de Pernambuco. Nessa seara, de acordo com entendimento Constitucional, o Governador do Estado de Pernambuco:

- a) não tem legitimidade para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- b) tem legitimidade universal para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- c) somente tem legitimidade para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade contra leis do Estado de Pernambuco;
- d) deveria demonstrar a relevância da matéria para o Estado de Pernambuco para que sua legitimidade fosse reconhecida.

DIREITOS HUMANOS**Questão 18**

O Pacto de São José da Costa Rica estipula que os Estados-Partes podem suspender as obrigações contraídas em situação de guerra, perigo público, ou de outra emergência que ameace a sua independência ou sua segurança. Alguns direitos podem ser suspensos nessas situações, enquanto outros não poderão ser suspensos. Assinale a alternativa que aponta um direito que poderá ser suspenso nessas hipóteses excepcionais:

- a) o princípio da retroatividade da lei.
- b) o direito à nacionalidade.
- c) a liberdade de religião.
- d) o direito de circulação.

Questão 19

O Sr. Henrique, aposentado, 72 anos, foi encontrado em situação de abandono e abrigado em uma casa-lar. A entidade de acolhimento cobra do Sr. Henrique a integralidade do benefício previdenciário recebido por ele, a título de custos pelos serviços prestados.

De acordo com o Estatuto do Idoso, assinale a afirmativa correta.

- a) A cobrança do valor não está correta, pois o acolhimento institucional é política protetiva que deve ser ofertada gratuitamente.
- b) A cobrança do valor está correta, devendo ser contestada, caso assim o entenda, pelo representante legal do idoso.

- c) A cobrança do valor está correta, pois o contrato é livremente celebrado entre as partes que o compõem, só aderindo a ele os que assim desejarem.
- d) A cobrança do valor não está correta, pois não pode exceder a 70% do benefício previdenciário recebido pelo idoso.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

A respeito da hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, de acordo a atual jurisprudência do o Supremo Tribunal Federal e a CF/88, marque a alternativa correta:

- a) Os direitos e garantias expressos na CF/88 excluem os tratados internacionais em que a República Federativa seja parte.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal firmou-se noutro sentido, de que esses diplomas não têm status de supralegalidade.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos não estão acima das leis e abaixo da Constituição.

Questão 21

De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas que entrou em vigor em 23 de março de 1976, toda pessoa que se encontre legalmente no território de um Estado terá direito de nele circular, salvo:

- a) Interesse Partidário.
- b) Falta de autorização prévia de autoridade competente.
- c) Motivo de proteção da segurança nacional e ordem pública.
- d) Não houver autorização de saída de seu País.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

Ricardo é proprietário de um veículo automotor e, como tal, está sujeito à incidência do IPVA. Ocorre que Ricardo deixou de pagar o referido imposto dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, tendo sofrido, por isso, um processo de Execução Fiscal para a cobrança dos débitos. Ocorre que Ricardo pretende impugnar essa cobrança por meio de Embargos à Execução Fiscal, sobre o argumento de que há uma inconstitucionalidade quanto à alíquota. De acordo com o disposto na Lei Federal nº 6.830/80, tais embargos poderão ser apresentados no prazo de:

- A) 15 dias, contados a partir da data da intimação da penhora.
- B) 30 dias, contados a partir da data da juntada do comprovante de depósito nos autos da execução.
- C) 15 dias, contados a partir da data da juntada do comprovante de citação nos autos da execução.
- D) 30 dias, contados a partir da data da intimação da penhora.

Questão 23

Carlos é proprietário de um veículo automotor importado e, como tal, está sujeito à incidência do IPVA. Ao analisar a legislação do referido imposto no Estado onde é contribuinte, verificou que as alíquotas do IPVA de veículos automotores importados são superiores às alíquotas dos veículos nacionais. Ao buscar explicações quanto à essa diferenciação, foi informado que isso decorre do Princípio da Capacidade Contributiva, de modo a tornar a tributação mais “justa”. Ocorre que Carlos não concorda com essa diferenciação e alíquotas e, por isso, pretende impugnar a cobrança. Sobre a hipótese, está correto o que se afirma em:

- A) A impugnação de Carlos deve ser acatada, pois muito embora a Constituição Federal de 1988 permita a fixação de alíquotas diferenciadas do IPVA em função da procedência do veículo, essa permissão não decorre do Princípio da Capacidade Contributiva.
- B) A impugnação de Carlos não deve ser acatada, desde que as alíquotas máximas do IPVA tenham sido fixadas pelo Senado Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- C) A impugnação de Carlos deve ser acatada, pois a Constituição Federal de 1988 só admite alíquotas diferenciadas do IPVA em função do tipo e da utilização do veículo.
- D) A impugnação de Carlos não deve ser acatada, pois a Constituição Federal de 1988 admite alíquotas diferenciadas do IPVA em função da procedência do veículo, se nacional ou estrangeiro.

Questão 24

Obedecendo aos parâmetros legais, o Presidente da República editou um Decreto aumentado as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Esse Decreto prescreve que as novas alíquotas majoradas devem ser aplicadas a partir do dia seguinte à sua publicação. As novas alíquotas são as seguintes: i) cachaça: alíquota de 100%; ii) perfume: alíquota de 50%; e iii) macarrão: alíquota zero. Sobre a hipótese, está correto o que se afirma em:

- A) o referido decreto é inconstitucional por violar os princípios da legalidade, da anterioridade nonagesimal e da seletividade.
- B) o referido decreto é inconstitucional por violar o princípio da legalidade.
- C) o referido decreto é inconstitucional por violar o princípio da anterioridade nonagesimal.
- D) o referido decreto é inconstitucional por violar o princípio da seletividade.

Questão 25

Em 05/06/2017 o contribuinte Felipe foi citado em processo de Execução Fiscal para a cobrança de IPTU relativo ao exercício de 2004, cujo crédito tributário fora constituído de ofício pelo Município em 2009 e contra o qual não fora apresentada impugnação administrativa ou judicial. A Execução Fiscal foi proposta pelo Município no ano de 2015 e o despacho do juiz ordenando a citação ocorreu em 10/11/2016. De acordo com a hipótese descrita, é correto afirmar que o crédito tributário:

- A) está extinto pela decadência.
- B) está extinto pela prescrição.
- C) está extinto pela decadência e pela prescrição.
- D) está extinto pela remissão.

Questão 26

Em maio de 2016 determinado Município publicou lei majorando todas as alíquotas do Imposto sobre Serviços, que passaram a ser de 5% (cinco por cento) sobre o preço do serviço. A mesma lei também diminuiu a alíquota da multa pela não declaração e recolhimento do imposto, de 50% (cinquenta por cento) para 25% (vinte e cinco por cento). Ao realizar procedimento de fiscalização em agosto de 2017, o Município constatou que determinado contribuinte não havia declarado e recolhido o Imposto sobre Serviços relativos a fato gerador ocorrido no ano de 2014, quando a alíquota do imposto era de 2% (dois por cento) e a multa era de 50% (cinquenta por cento). A autoridade fiscal efetuou o lançamento tributário e constituiu o Auto de Infração e Multa, exigindo do contribuinte o imposto calculado pela alíquota de 2% (dois por cento) e a multa calculada pela alíquota de 50% (cinquenta por cento), vigentes no momento da ocorrência do fato gerador. Sobre a cobrança em questão, está correto o que se afirma em:

- A) está errada, pois deveria ter sido aplicado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) quanto à multa.
- B) está correta, posto que efetuada com base na lei vigente ao tempo do fato gerador.
- C) está errada, pois deveria ter sido aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) quanto ao imposto e de 25% (vinte e cinco por cento) a quanto à multa, segundo a lei vigente no momento da constituição do crédito tributário e da aplicação da multa.
- D) está errada, pois o percentual do imposto foge aos limites legais e constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado “X” pretende contratar sociedade empresária para realizar pequenas obras e serviços de engenharia, com valor estimado de seis mil reais, no salão onde funciona a respectiva Câmara Cível.

Levando em consideração o disposto na Lei nº 8.666/93, em tese, a referida contratação:

- a) poderá ser feita mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- b) deverá ser feita obrigatoriamente mediante prévia licitação na modalidade tomada de preços;
- c) deverá ser feita obrigatoriamente mediante prévia licitação na modalidade convite;
- d) poderá ser feita com dispensa de licitação ou com prévia licitação nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência;

Questão 28

Serginando, Técnico Administrativo da Secretaria de Educação do Município Alfa, no exercício da função, causou danos morais a Josana, parte autora em determinado processo administrativo, cujos autos foram extraviados por culpa de Serginando. Em razão de tais fatos, Josana obteve êxito em ação indenizatória aforada em face do Município Alfa.

Na hipótese narrada, o poder público municipal:

- a) pode acionar judicialmente Serginando, mediante ação de regresso, tendo o ônus de comprovar que o agente público agiu com culpa;
- b) pode acionar judicialmente Serginando, mediante ação de regresso, desde que cumpra o ônus de comprovar que o agente público agiu com dolo;
- c) pode acionar judicialmente Serginando, mediante ação de regresso, independentemente de comprovar a culpa ou dolo do agente, em razão da responsabilidade civil objetiva;
- d) não pode acionar judicialmente Serginando, eis que a responsabilidade civil objetiva aplica-se apenas em face do Estado, que não tem o direito de regresso contra o agente;

Questão 29

Em relação à delegação de serviços públicos:

- a) poderá ocorrer de forma negocial quando servir a entidades da Administração Indireta;
- b) compete privativamente aos Estados legislar sobre normas gerais de licitação e contratação;
- c) é vedado à Administração Pública retomar o serviço anteriormente concedido ainda durante a vigência do contrato de concessão;
- d) a concessão poderá ser extinta quando houver falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Questão 30

Em operação fiscal no Atacado X, Evaldo, auditor fiscal estadual verificou que várias mercadorias em estoque estavam sem a respectiva nota fiscal. Diante de tal verificação, Evaldo lavrou auto de infração com imposição de multa.

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- a) caso o valor da multa não seja pago pelos sócios do Atacado X até o prazo de seu vencimento, o Estado deverá cobrar o valor por meio de execução fiscal contra a pessoa jurídica;
- b) Evaldo poderá retirar do caixa do Atacado X o valor correspondente à multa imposta em sua autuação, a fim de prontamente quitar débito;
- c) Evaldo poderá retirar a quantidade de mercadorias que corresponda ao valor da multa, a fim de garantir o seu pagamento;
- d) Evaldo poderá retirar do caixa do Atacado X o valor correspondente à multa imposta em sua autuação, mas dependerá de autorização do Governador.

Questão 31

Ramon foi aprovado em concurso público para Juiz Substituto em sexto lugar. O edital do referido concurso previa a ampla concorrência para cinco vagas.

Em relação à situação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Ramon possui o direito subjetivo à nomeação;
- b) Se o quinto colocado na aprovação desistir de sua nomeação, Ramon passará a ter direito subjetivo à nomeação;
- c) Ramon possui mera expectativa de nomeação, não devendo esta se concretizar em qualquer situação;
- d) Ramon só poderá ser nomeado caso todos os cinco primeiros aprovados desistam de suas respectivas nomeações.

Questão 32

A Secretaria Municipal de Saúde do Município Beta é estabelecida em bem próprio do referido ente federativo. Esse bem deve ser considerado:

- a) popular;
- b) dominical;
- c) de uso privativo;
- d) de uso especial;

DIREITO AMBIENTAL**Questão 33**

A União pretende construir uma usina hidrelétrica no Estado de Rondônia que irá inundar uma extensa área e causar significativo impacto ambiental. Neste caso, marque a opção correta:

- a) Será exigido estudo prévio de impacto ambiental (EIA), a que se dará publicidade.
- b) O projeto proposto pela União, por ser caso de utilidade pública, está dispensado do licenciamento ambiental.

- c) Por ser um empreendimento de grande porte, a análise passará pelo Poder Legislativo.
- d) Ainda que não fosse um empreendimento de significativo impacto ambiental, o EIA seria exigido, pois todas as atividades e empreendimentos devem apresentar esse estudo antes de serem instaladas.

Questão 34

Sr. Rosenval, empresário milionário e proprietário de um imóvel rural em Pouso Alegre, no Sul de Minas Gerais, procura o órgão ambiental competente para obter orientações sobre a criação de uma unidade de conservação privada de Uso Sustentável em sua propriedade. O objetivo será a pesquisa científica e a visita com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Neste caso, a unidade de conservação indicada será:

- a) A Reserva Particular do Patrimônio Natural que é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.
- b) A Estação Ecológica que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- c) A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- d) A Área de Preservação Permanente (APP).

DIREITO CIVIL**Questão 35**

Mauro Miranda Moraes Moreira Mattos de Mallman, viúvo, sem herdeiros necessários, fez disposição de última vontade no ano de 2016. Atribuiu à sua sobrinha, Anamara, a propriedade sobre bem imóvel na cidade de Porto Alegre, gravando-o, contudo, com cláusula de inalienabilidade vitalícia. Em 2017, após o falecimento de seu tio, Anamara aceita e torna-se titular desse bem, registrando-o no ofício do registro de imóveis competente. Ocorre que agora, há necessidade de Amanda alienar esse imóvel, tendo em vista ter recebido uma excelente proposta de compra do referido bem. Nesse caso,

- a. não é possível a alienação, dada a presença da cláusula de inalienabilidade vitalícia, pelo que ela terá de abrir mão do bem, se não quiser mantê-lo.
- b. é possível a alienação livre do bem, dado que recebeu proposta de compra em valor superior ao de mercado.
- c. é possível a alienação do bem, desde que autorizada pelo juiz, devendo-se sub-rogar outro bem imóvel no lugar do alienado.

d. é possível a alienação do bem, desde que autorizada pelo juiz, não subsistindo mais a restrição.

Questão 36

Paulo Sousa, famoso professor de Direito Civil, é contratado para ser o garoto-propaganda do Estratégia OAB, o maior curso jurídico do Brasil. O contrato de prestação de serviços tem prazo de três anos, fixando-se uma remuneração anual de R\$5.000.000,00. Contém, além disso, cláusula de exclusividade, que impede Paulo de atuar como garoto-propaganda de qualquer concorrente do Estratégia, e cláusula que estipula o valor de R\$1.000.000,00 para o descumprimento contratual, não prevendo direito a indenização suplementar. Durante o primeiro ano de vigência do contrato, Paulo recebe proposta para se tornar garoto-propaganda do Mequetrefe Coisa Ruim Concursos, sociedade do mesmo ramo do Estratégia, que oferece expressamente o dobro do valor anual pago pela “concorrente”. Paulo aceita a proposta da Mequetrefe Coisa Ruim Concursos, descumprindo a cláusula de exclusividade contida no seu contrato anterior. Pelo descumprimento, Paulo paga ao Estratégia Concursos o montante de R\$1.000.000,00, estipulado. A respeito desse contrato, assinale a alternativa correta.

- a. pode o Estratégia Concursos receber indenização material integral se o prejuízo provado for superior a R\$1.000.000,00.
- b. além do valor pago por Paulo, o Estratégia Concursos tem direito a receber uma indenização da Mequetrefe Coisa Ruim Concursos.
- c. o Estratégia Concursos não pode receber indenização de Mequetrefe Coisa Ruim Concursos porque já recebeu indenização de Paulo, sob pena de haver bis in idem.
- d. o Estratégia Concursos pode receber indenização de Mequetrefe Coisa Ruim Concursos, desde que devolva o valor recebido de Paulo.

Questão 37

Em 2010, Roserval Junior, 7 anos, voltava da escola para casa, caminhando por uma estrada de terra da região rural onde morava, quando foi atingido pelo coice de um cavalo que estava em um terreno à margem da estrada. O golpe causa sérios danos à saúde do menino, cujo tratamento se revela longo e custoso. Em ação de reparação por danos patrimoniais e morais, movida em 2018 contra o proprietário do cavalo, o juiz profere sentença julgando improcedente a demanda, ao argumento de que Renato Borelli, proprietário do animal, “empregou o cuidado devido, pois mantinha o cavalo amarrado a uma árvore no terreno, evidenciando-se a ausência de culpa, especialmente em uma zona rural onde é comum a existência de cavalos”. Além disso, o juiz argumenta que “já teria ocorrido a prescrição trienal da ação de reparação porque a ação foi proposta apenas 8 anos depois do fato”. A respeito do caso, assinale a alternativa correta.

- a. o julgamento está correto quanto à ausência de culpa de Renato e quanto à prescrição.
- b. o julgamento está correto quanto à ausência de culpa de Renato, mas incorreto quanto à prescrição.

- c. o julgamento está incorreto quanto à ausência de culpa de Renato, mas correto quanto à prescrição.
- d. o julgamento está incorreto quanto à ausência de culpa de Renato e quanto à prescrição.

Questão 38

Ácido Acético Etílico da Silva iniciou relacionamento afetivo com Agrícola Beterraba Areia Leão em 2015, casando-se nove meses depois. No primeiro mês de casados, desconfiado do comportamento de sua esposa, Ácido busca informações sobre seu passado. Toma conhecimento de que Agrícola havia sido condenada pela prática de crime de estelionato, mas não cumprindo pena privativa de liberdade em razão da prescrição da pretensão punitiva. Ácido, por ser funcionário de instituição bancária há quinze anos e por ter conduta ilibada, teme que seu cônjuge aplique golpes financeiros valendo-se de sua condição profissional. Ele, sentindo-se enganado, decide romper a sociedade conjugal. A respeito do caso, assinale a alternativa correta.

- a. Ácido não poderá se divorciar de Agrícola, porque o crime não é motivo para rompimento da sociedade conjugal.
- b. Ácido poderá propor ação anulatória do matrimônio por erro essencial quanto à pessoa, dado o ilícito que torna insuportável a vida em comum com Agrícola.
- c. Ácido não poderá propor ação anulatória do matrimônio por erro essencial quanto à pessoa, porque isso só seria possível se o cônjuge varoa tivesse cumprido pena.
- d. a despeito de não poder propor ação anulatória, Ácido pode se divorciar de Agrícola, judicial ou extrajudicialmente, cumpridos os requisitos legais.

Questão 39

Abrilina Décima Nona Caçapavana Piratininga de Almeida adquiriu um lote íngreme, cuja entrada se dá pela parte alta do imóvel, por onde chegam a luz e a água. Iniciadas as obras de construção da casa, verifica-se que, para realizar adequadamente o escoamento do esgoto, as tubulações deverão, necessariamente, transpassar o imóvel vizinho limítrofe, de propriedade de Amin Amou Amado. Não há outro caminho a ser utilizado, pelo que, de posse de parecer técnico, Abrilina procura por Amin a fim de obter autorização para a obra. Sem justo motivo, Amin não consente, mesmo ciente de que tal negativa inviabilizará a construção do sistema de saneamento do imóvel vizinho. Diante da situação exposta, Amin

- a. deverá tolerar a passagem através de seu imóvel, não tendo direito de indenização.
- b. deverá tolerar a passagem através de seu imóvel, mas terá direito de indenização e pode exigir que os dutos sejam construídos da maneira menos gravosa.
- c. deverá tolerar a passagem através de seu imóvel, mas terá direito de indenização somente se os dutos não forem construídos da maneira menos gravosa.
- d. não deverá tolerar a passagem através de seu imóvel, porque a servidão depende de acordo entre as partes, o que não houve no caso.

Questão 40

Liberdade Igualdade Fraternidade Nova York Rocha, solteiro, maior e capaz, proprietário de um apartamento, lavrou, em 2016, escritura pública por meio da qual constituiu usufruto vitalício sobre o referido imóvel em favor de sua irmã, Ana Rocha, solteira, maior e capaz. Em seguida, promoveu a respectiva averbação junto à matrícula do Registro de Imóveis. Em 2017, Ana celebrou com Manoel Sovaco de Gambar contrato escrito de aluguel do apartamento pelo prazo de dois anos, sem cláusula de vigência. Em janeiro de 2018, Liberdade veio a falecer sem deixar testamento, sendo único herdeiro seu filho Rafael Rocha, solteiro, maior e capaz. Nesse caso,

- com o falecimento de Liberdade, Rafael pode retomar o imóvel, mas deve respeitar a locação de Manoel até o fim, já que o contrato foi celebrado por prazo determinado.
- com o falecimento de Liberdade, Rafael pode retomar o imóvel e não precisa respeitar a locação de Manoel até o fim, ainda que o contrato tenha sido celebrado por prazo determinado.
- se Juliana falecer, Rafael pode retomar o imóvel, mas deve respeitar a locação de Manoel até o fim, já que o contrato foi celebrado por prazo determinado.
- se Juliana falecer, Rafael pode retomar o imóvel e não precisa respeitar a locação de Manoel até o fim, ainda que o contrato tenha sido celebrado por prazo determinado.

Questão 41

Manuelina Terebentina Capitulina de Jesus Amor Divino, servidora do Itamaraty, foi transferida para a Embaixada do Brasil nas Filipinas e, por isso, celebrou contrato de compra e venda de seu apartamento com Um Dois Três de Oliveira Quatro, prevendo que manuelina poderia resolver o contrato no prazo de três anos, pagando o preço recebido pelo imóvel e reembolsasse as despesas que Um tivesse com ele. O contrato foi devidamente levado a registro. Nesse período, Um vendeu o apartamento para Faraó do Egito Souza, que, depois de registrar a transferência, lá foi residir com sua esposa. Contudo, Manuelina retornou ao Brasil dois anos e meio depois e, ao ter ciência de que o novo proprietário do apartamento era Faraó, notificou-o de que desejaria retomar o imóvel, com o pagamento dos valores previstos no contrato. Faraó, porém, recusou o recebimento das quantias, afirmando que o contrato sujeito à cláusula resolutive foi pactuado com Um, não vinculando a terceiros. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- assiste razão a Faraó, vez que a retrovenda em questão é nula por ter violado o prazo máximo de dois anos previstos em lei.
- assiste razão a Faraó, vez que o direito de preferência em questão só poderia ser exercido caso ele pretendesse alienar o imóvel, o que não é o caso.
- não assiste razão a Faraó, porque Manuelina poderia exigir a retrovenda contra Um ou contra quem quer que tivesse adquirido o imóvel, mesmo tendo havido sucessivas alienações.
- não assiste razão a Faraó, porque Manuelina poderia exigir a retrovenda contra Um ou contra quem tivesse adquirido o imóvel, restringindo-se o direito a uma alienação, apenas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Julia e Márcia vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Em vista disso, dirijem-se ao Juízo da Infância e da Juventude, oportunidade na qual recebem a seguinte orientação correta sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA:

- (A) somente serão habilitados para adoção de criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica;
- (B) um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral;
- (C) é vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva;
- (D) terão prioridade no cadastro, caso desejem adotar criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

Questão 43

Maria, gestante, comparece ao Juízo da Infância e Juventude para reclamar do atendimento que lhe tem sido prestado pelo Hospital Nossa Senhora Conosco, já que não está lhe sendo garantida a presença de um acompanhante. Afirma, ainda, que não poderá aguardar o parto natural, sendo a cesariana o procedimento rotineiro, segundo diretrizes do hospital.

De acordo com os ditames da Lei nº 13.257/2016, que estabeleceu políticas públicas para a primeira infância, o procedimento hospitalar está:

- (A) correto, pois a garantia de acompanhante da gestante é apenas da parturiente, e não existe direito ao parto natural;
- (B) incorreto, quanto ao direito à acompanhante da gestante e correto quanto à ausência de direito ao parto natural;
- (C) incorreto, quanto aos direitos à acompanhante da gestante e à realização do parto natural;
- (D) correto, quanto ao direito à acompanhante da gestante e incorreto quanto ao direito ao parto natural;

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Em relação aos bancos de dados e cadastros de consumidores, não está previsto no Código de Defesa do Consumidor:

- a) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente.

- b) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- c) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
- d) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.

Questão 45

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

I. É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

II. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 15 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.

III. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

IV. São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I e II.
- d) I e IV.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 46**

Daniel Rickson, proprietário da firma individual Rickson Relógios, empresário individual já conhecido no Distrito Federal, visando à ampliação do seu negócio, associou-se à Amanda Nunes, sua conhecida, para abrirem uma loja em famoso shopping na capital federal. Juntos, elaboraram o contrato social da Relojoaria R&A LTDA. e solicitaram à Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) o seu registro. A JCDF negou o registro, alegando que Amanda Nunes

estaria sendo processada criminalmente por peculato e não poderia constar como sócia do empreendimento.

Considerando a situação hipotética acima e as normas que regem o nome e o registro comercial, assinale a afirmativa correta.

- a) A JCDF, diversamente das outras juntas nos entes federados, é subordinada administrativa e tecnicamente ao DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração.
- b) Ao negar o registro do contrato social, a JCDF agiu de acordo com a Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e atividades afins.
- c) Relojoaria R&A LTDA. é nome empresarial da espécie denominação, PIS as sociedades limitadas não admitem outra natureza de nome.
- d) Caso preferissem, Daniel Rickson e Amanda Nunes poderiam ter optado por constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI.

Questão 47

João emitiu, em 1º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria no valor de R\$ 500,00 avalizado por Bosco — que aceitou dar o aval no valor de R\$ 400,00. Dois dias após a celebração do contrato, João constatou um grave defeito na mercadoria, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que endossara o cheque em branco. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação.

A respeito da situação narrada, marque a assertiva correta.

- a) Apenas depois de cobrar de Pedro o pagamento do cheque, poderá Carlos cobrar dos demais portadores do cheque, já que foi Pedro quem lhe endossou o cheque;
- b) Para não perder o direito de cobrar de João e dos demais endossantes o valor do cheque, Carlos deve protestá-lo;
- c) Em defesa contra eventual cobrança de Carlos, João pode negar-se a pagar sob o argumento de que a mercadoria por ele adquirida aparentou grave defeito;
- d) É válido o aval parcial dado por Bosco, estando ele, portanto, obrigado a pagar R\$ 400,00.

Questão 48

Assim dispõe o artigo 175 da Lei 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial - LPI):

“Art. 175. A ação de nulidade do registro será ajuizada no foro da justiça federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.”

A respeito da intervenção do INPI nos mencionados processos por força da parte final do precitado dispositivo legal, considerada a leitura jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, marque a afirmativa correta.

- a) Por força da norma, adquire o INPI a condição de réu nos feitos judiciais em questão;
- b) Por força da norma, adquire o INPI a condição de assistente simples nos feitos judiciais em questão;
- c) Por força da norma, adquire o INPI a condição de assistente litisconsorcial nos feitos judiciais em questão;
- d) Trata-se de modalidade de intervenção obrigatória do INPI e atípica sob a sistemática do CPC/1973.

Questão 49

Sobre o contrato de alienação fiduciária em garantia na disciplina do Decreto-lei nº 911/1969, consideradas as alterações produzidas pela Lei nº 10.931/2004 e observada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta.

- a) A consolidação da propriedade do bem alienado nas mãos do credor fiduciário se dá imediatamente após a execução da liminar de busca e apreensão deferida judicialmente;
- b) A Lei nº 10.931/2004 introduziu como novidade a possibilidade de o devedor fiduciário, após executada a liminar, purgar a mora, reavendo o bem, para o que dispensou o pagamento integral da dívida;
- c) Para obstar a consolidação da propriedade nas mãos do credor fiduciário, define a Lei nº 10.931/2004 o prazo de quinze dias – o mesmo de resposta – para que o devedor pague integralmente a dívida;
- d) A consolidação da propriedade do bem alienado nas mãos do credor fiduciário se dá 05 (cinco) dias após a execução da liminar de busca e apreensão deferida judicialmente.

Questão 50

A respeito da insolvência como pressuposto da falência, considerado o magistério doutrinário acolhido por nossa Corte da Cidadania, além da disciplina da nº Lei 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

- a) Adotou, a Lei nº 11.101/2005, o sistema da insolvência econômica como pressuposto da falência, rompendo com o tradicional paradigma da insolvência jurídica;
- b) O sistema de execução por concurso universal decorrente da denominada insolvência civil adota como marco para decretação da insolvência a denominada insolvência jurídica, não a insolvência econômica;
- c) Configuradas as hipóteses previstas na Lei nº 11.101/2005 como geradoras da falência, esta não pode ser obstada pela alegação do devedor de que tem sólida situação financeira;
- d) O depósito elisivo da falência, se regular, gera a extinção do processo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Determinado credor de obrigação de dar teve seu processo julgado extinto por falta de interesse de agir. Contudo, apenas 8 meses depois teve ciência da sentença que, restou irrecorrida. Nessa oportunidade, deu-se conta de que o juízo prolator daquela sentença era absolutamente incompetente. Nesse cenário, é-lhe possível

- a) impetrar mandado de segurança, sob o fundamento da incompetência absoluta do juízo originário.
- b) interpor recurso de apelação, já que há *error in procedendo*, vício que afasta a preclusão temporal.
- c) propor ação anulatória, já que a sentença é terminativa e não há coisa julgada material.
- d) propor, perante o juízo competente, e em face do mesmo réu, nova ação de cobrança.

Questão 52

Joana e Marina foram citadas em uma demanda indenizatória proposta por Felipe, pelo procedimento comum. Após audiência de mediação, que restou infrutífera, Joana e Marina constituíram advogados do mesmo escritório de advocacia. Contudo, finalizada a fase instrutória, o Juízo julgou procedente o pedido formulado por Felipe em face de ambas as rés.

Joana, para interpor o recurso de apelação, deverá observar o prazo:

- a) simples de 10 dias úteis;
- b) simples de 15 dias úteis;
- c) dobrado de 20 dias úteis;
- d) dobrado de 30 dias úteis;

Questão 53

Amarildo ajuizou ação de cobrança em face da empresa Bem Viver S.A., com pedido liminar de tutela de urgência, que foi deferido pelo juízo após justificação prévia.

De acordo com o CPC, é correto afirmar que o autor:

- a) responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável;
- b) não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se o juiz acolher a alegação de decadência do direito;
- c) responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, independentemente do resultado da sentença;
- d) não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal.

Questão 54

Em determinado processo que julga acidente de trânsito, no qual há pedido de ressarcimento de danos materiais e de danos morais, em razão de lesões incapacitantes sofridas pelo autor, o juiz, em preliminar de sentença, deferiu a tutela antecipada requerida na petição inicial, para determinar ao réu que arcasse, imediatamente, com o pensionamento mensal em favor do demandante.

Esse capítulo do ato decisório é:

- a) impugnável em apelação;
- b) impugnável em agravo de instrumento;
- c) impugnável em recurso extraordinário;
- d) impugnável em agravo interno;

Questão 55

Em ação de consignação em pagamento, o réu arguiu, unicamente, a insuficiência do depósito. O devedor, intimado sobre a alegação, complementou o depósito no prazo legal.

Sabe-se que a mora não gerou a resolução do negócio jurídico, e que o pagamento integral produziu a eficácia liberatória do autor, assim, deverá o juiz:

- a) extinguir o processo, sem resolução do mérito, por perda superveniente do interesse processual;
- b) resolver o mérito, acolhendo o pedido consignatório e condenando o autor nos encargos da sucumbência;
- c) resolver o mérito, no sentido da improcedência do pedido, condenando o réu nos encargos da sucumbência.
- d) resolver o mérito, no sentido da improcedência do pedido, condenando o autor nos encargos da sucumbência;

Questão 56

Em hasta pública designada pela 4ª Vara Cível da Comarca de Cascavel (PR), foi feita a tentativa de venda de um automóvel penhorado e avaliado em R\$ 8.000,00. Joaquina apresentou, antes de ser iniciado o leilão, uma proposta por escrito de pagamento em 4 parcelas de R\$2.000,00 para arrematar o bem.

Diante do que dispõe o CPC, é correto afirmar que:

- a) a proposta não pode ser aceita porque apresentada antes do início do leilão.
- b) é viável a proposta parcelada sugerida pelo candidato à arrematação.
- c) não há dispositivo próprio prevendo o lance parcelado, portanto, competirá ao juiz decidir.
- d) somente pode ser aceita a proposta se as partes envolvidas no processo concordarem.

Questão 57

Pedro impetrou mandado de segurança perante diretor de uma sociedade empresarial concessionária de serviço público. Considerando essa hipótese e o disposto na Lei nº 12.016/2009, é correto afirmar que:

- a) o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não ser cabível a impetração em face de diretor de pessoa jurídica de direito privado;
- b) se o direito invocado pelo impetrante couber a várias pessoas, o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, em razão do litisconsórcio ativo necessário;
- c) se o ato atacado for de gestão comercial, o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não ser cabível o writ;
- d) o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não figurar no polo passivo também o Poder Público concedente;

DIREITO PENAL**Questão 58**

José, brasileiro, curtindo férias com a família em Orlando-USA, se envolve em uma discussão em um parque de diversões, e acaba por agredir Peter, americano, causando-lhe lesões corporais graves.

Neste caso:

- a) não é aplicável a lei penal brasileira, dado o princípio da territorialidade.
- b) é aplicável a lei penal brasileira, dado o princípio da territorialidade.
- c) é aplicável a lei penal brasileira, dado o princípio da personalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- d) é aplicável a lei penal brasileira, dado o princípio da personalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

Questão 59

Marcelo, com animus furandi, subtraiu o aparelho celular de sua colega de trabalho, Maria, com intenção de se assenhorar da coisa. No dia seguinte, arrependido, Marcelo procura Maria, narra o fato, pede desculpas e devolve o aparelho celular, antes mesmo que Maria tivesse ido à delegacia registrar ocorrência. Maria, então, recebe o celular de volta mas comparece à delegacia para narrar o fato, e Marcelo é denunciado pelo crime de furto simples, previsto no art. 155 do CP.

Neste caso, poderá ser alegado em favor de Marcelo:

- a) a ocorrência de arrependimento posterior, que é causa de diminuição de pena, de um a dois terços.

- b) a ocorrência de furto de uso, que gera a atipicidade da conduta.
- c) a ocorrência de furto na modalidade tentada.
- d) a ocorrência de arrependimento eficaz.

Questão 60

Pedro, 25 anos, primário e de bons antecedentes, foi condenado definitivamente a uma pena de 04 anos de reclusão pelo crime de roubo simples, tendo sido fixado o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena.

Pedro, todavia, procura você para obter informações quanto à possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos ou suspensão condicional da pena.

Neste caso, você deverá informar que:

- a) cabe o benefício da suspensão condicional da pena, mas não a substituição por restritiva de direitos.
- b) não cabe o benefício da suspensão condicional da pena, mas cabe a substituição por restritiva de direitos.
- c) não cabe o benefício da suspensão condicional da pena nem a substituição por restritiva de direitos.
- d) Ambos os benefícios são cabíveis.

Questão 61

José obteve, de boa-fé, uma cédula de R\$ 20,00 falsa, ao receber o troco em um supermercado. Em casa, com mais calma, José percebe a falsidade da nota. Revoltado com o prejuízo que sofreu, mas sem poder comprovar que recebeu a nota no referido supermercado, José resolve passar a nota adiante, para não arcar com o prejuízo. Assim, vai até um açougue próximo à sua casa e adquire alguns produtos, pagando-os com a referida cédula falsa.

Neste caso:

- a) José praticou o crime de moeda falsa privilegiada
- b) José praticou o crime de moeda falsa em sua forma simples
- c) José praticou o crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP
- d) José não praticou crime, em razão do princípio da insignificância.

Questão 62

José, apaixonado por Maria, mas sem ser correspondido, resolve forçar a prática de ato sexual com esta. Para tanto, aproveita-se do fato de que Maria volta sozinha para casa todos os dias, à noite, e a aborda na rua, levando-a à força para um beco escuro, onde constrange Maria, mediante grave ameaça, a ter com ele conjunção carnal (coito vaginal) e sexo oral (ato libidinoso diverso da conjunção carnal).

Neste caso:

- a) José praticou dois crimes de estupro, em concurso formal.
- b) José praticou dois crimes de estupro, em concurso material.
- c) José praticou dois crimes de estupro, em continuidade delitiva.
- d) José praticou um único crime de estupro.

Questão 63

Paulo, advogado, induz Maria, testemunha, a prestar depoimento falso em determinado processo judicial instaurado contra um dos clientes de Paulo. Maria aceita prestar o depoimento falso, mas, no dia da audiência, após ser alertada de que está sob compromisso de dizer a verdade, Maria, antes de dar qualquer declaração falsa, informa ao Juiz que o advogado Paulo a havia induzido a mentir, e que inclusive havia aceitado, mas que estava arrependida.

Neste caso:

- a) Paulo é partícipe do crime de falso testemunho, e Maria é autora.
- b) Paulo e Maria são coautores do crime de falso testemunho.
- c) Não houve falso testemunho pela desistência voluntária.
- d) Não houve falso testemunho porque não houve início da execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 64**

Pedro foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecente (reclusão de 05 a 15 anos e multa), após ser abordado por policiais militares que faziam a ronda no bairro em que Pedro mora, e desconfiaram da postura do infrator. Na abordagem, verificaram que Pedro trazia consigo 150 cápsulas de cocaína, motivo pelo qual foi preso em flagrante por estar praticando a conduta descrita no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06.

Neste caso:

- a) Houve flagrante impróprio.
- b) A própria autoridade poderá arbitrar fiança em favor de Pedro.
- c) Como a pena máxima prevista ultrapassa 04 anos de privação da liberdade, a autoridade policial não poderá arbitrar fiança, que somente poderá ser concedida pelo Juiz.
- d) Não será possível arbitrar fiança, o que não impede a concessão de liberdade provisória.

Questão 65

José, deputado federal, durante o exercício do mandato, praticou em concurso de agentes com Pedro, empresário, o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do CP.

Neste caso:

- a) José e Pedro serão processados e julgados pelo STF
- b) José será processado e julgado pelo STF, e Pedro será processado e julgado pelo Juízo de primeira instância
- c) José será processado e julgado pelo STJ, e Pedro será processado e julgado pelo Juízo de primeira instância
- d) José e Pedro serão processados e julgados pelo STJ

Questão 66

Paulo, Juiz de direito, é amigo íntimo de José, réu em determinado processo criminal pelo crime de roubo; Marcelo, Promotor de Justiça, é casado com Maria, que atuou no referido processo anteriormente como perita judicial.

Neste caso:

- a) Paulo e Marcelo estão impedidos de atuar no processo
- b) Paulo e Marcelo são suspeitos, e não devem atuar no processo
- c) Paulo é considerado suspeito, e Marcelo é impedido de atuar no processo
- d) Paulo é impedido de atuar no processo e Marcelo é considerado suspeito

Questão 67

Ana praticou o crime de furto simples, art. 155 do CP (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa); Maria praticou o crime de sequestro e cárcere privado, art. 148 do CP (pena: reclusão de 01 a 03 anos); Joana praticou o crime de lesão corporal leve, art. 129 do CP (pena: detenção de três meses a 01 ano).

Neste caso, presentes os demais requisitos, o benefício da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95) pode ser concedido a:

- a) Ana, Maria e Joana.
- b) Joana, apenas.
- c) Maria e Joana, apenas.
- d) não pode ser concedido a nenhuma delas.

Questão 68

Joana foi denunciada pelo Ministério Público pela prática do crime de estelionato (art. 171 do CP). Recebida a denúncia, foi determinada a citação de Joana no endereço indicado na exordial acusatória. O Oficial de Justiça, todavia, certifica que Joana não reside mais no endereço citado, morando atualmente na França, mas em local desconhecido, pois não se sabe ao certo seu endereço. Neste caso:

- a) Joana deverá ser citada por carta rogatória

- b) Joana deverá ser citada por edital, e caso não compareça nem constitua advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional
- c) Joana deverá ser citada por hora certa, pois se oculta para não ser citada
- d) O processo deverá ser suspenso, ficando suspenso também o curso do prazo prescricional, até que se obtenha o endereço de Joana para citação pessoal

Questão 69

Marcelo foi vítima de um crime de ação penal pública incondicionada. Concluído o IP, o membro do Ministério Público recebeu os autos do IP, mas, no prazo legal, não ofereceu a denúncia nem adotou qualquer providência válida.

Neste caso:

- a) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- b) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP. Findo este prazo, a vítima perde o direito de ajuizar a ação penal privada subsidiária, ocorrendo o que se chama de decadência imprópria.
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria.
- d) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP. Findo este prazo, a vítima perde o direito de ajuizar a ação penal privada subsidiária, ocorrendo a extinção da punibilidade em favor do infrator.

DIREITO DO TRABALHO**Questão 70**

Maria, enfermeira no Hospital “Vida Real” Ltda., foi diagnosticada como portadora do vírus HIV. Em razão das atividades que desempenhava, ao receber os exames, a empregada prontamente avisou a sua supervisora Ana Rosa. Após o comunicado, Maria foi afastada de suas atividades, e começou a sofrer perseguições por parte de sua superiora e, inclusive, dos colegas de trabalho.

Desta forma, Maria foi impedida de tocar em pacientes, bem como em realizar qualquer tipo de procedimento, até a efetivação de sua dispensa que ocorreu em fevereiro de 2018.

Tendo conhecimento de que a dispensa de Maria ocorreu de forma discriminatória, assinale a alternativa correta:

- a) Maria possui garantia de emprego, de forma que poderá ingressar com Reclamação Trabalhista, sendo facultado ao empregador reintegrá-la, com o ressarcimento integral de todo o período de afastamento, ou, apenas indenizá-la quanto ao período de afastamento.

- b) Maria não possui garantia de emprego, mas fará jus a uma indenização compensatória pela discriminação sofrida.
- c) Maria possui garantia de emprego, de forma que deverá ingressar com Reclamação Trabalhista pleiteando a sua imediata reintegração ao emprego com o ressarcimento integral de todo o período de afastamento, ou, caso entenda desaconselhável a reintegração, a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento.
- d) Maria poderá se valer de um Mandado de Segurança para requerer a sua imediata reintegração, frente ao ato da autoridade coatora.

Questão 71

Lucas Aguiar, 26 anos, começou a trabalhar como ajudante geral no Frigorífico “A Era do Gelo” LTDA.

A jornada de trabalho do empregado era compreendida das 08h às 17h, usufruindo, ainda de 1h30 minutos de intervalo para refeição e descanso.

A atividade de Lucas consistia no transporte de carnes do caminhão para o congelador, este situado no subsolo, com temperatura em torno de 05 graus negativos.

Quanto à jornada de trabalho e os intervalos legais, assinale a alternativa correta:

- a) Lucas deverá usufruir 15 minutos de intervalo antes e ao final de seu trabalho, sendo este computado em sua jornada.
- b) Lucas deverá usufruir 10 minutos de repouso a cada 50 minutos de trabalho contínuo, sendo computado esse intervalo como tempo à disposição do empregador.
- c) Lucas deverá usufruir 20 minutos de repouso, após 1h40min de trabalho contínuo, sendo tal período computado em sua jornada de trabalho.
- d) Lucas deverá usufruir tão somente de uma hora de intervalo para refeição e descanso, não havendo intervalos adicionais, em razão de seu labor.

Questão 72

Acerca do instituto jurídico do Aviso Prévio, assinale a alternativa correta, nos termos dos preceitos celetistas:

- a) O empregado urbano, quando dispensado, poderá substituir o período que se reduz de sua jornada de trabalho no transcorrer do aviso prévio trabalhado, pelo correspondente pagamento das horas laboradas.
- b) O aviso prévio proporcional, regulamentado pela Lei n. 12.506/2011, garante um acréscimo, ao mínimo legal, de 3 dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o limite máximo de 120 dias.
- c) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, apesar de ser uma das hipóteses em que o negociado irá se sobrepor ao legislado.

d) A reconsideração do aviso prévio pelo empregador é possível e depende da concordância do empregado, sendo que em caso de recusa, o contrato de trabalho será extinto ao término do período do aviso prévio, quando devidas as verbas rescisórias.

Questão 73

A empresa “Corujas Unidas” Ltda. planeja que alguns empregados iniciem as suas férias no sábado, o qual se refere, inclusive, a um feriado nacional. Neste sentido, ainda, informou aos empregados que todas as férias serão fracionadas em três períodos, observado o limite legal mínimo de cada período.

Contudo, a empregada, Priscilinha, auxiliar de vendas, revela-se descontente com tais aspectos laborais, e procura o seu escritório a fim de sanar algumas dúvidas, em especial, quanto à legitimidade acerca do período de férias determinado pelo seu empregador e a possibilidade de indenização.

Tendo em vista o caso narrado e os aspectos legais envolvidos no instituto das férias, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa poderá determinar o período das férias de seus empregados da forma que melhor lhe convier, sendo que a legislação tão somente veda que o seu início ocorra em dois dias antes de feriado.
- b) A empresa está incorreta em seu posicionamento, pois é do empregado a faculdade de escolher quando gozará as férias a que tem direito.
- c) No caso em tela, a empresa poderá fracionar as férias em até três períodos, independente da concordância da empregada, bem como o abono de férias deverá ser requerido pela interessada em até dez dias antes do término do período aquisitivo.
- d) A empresa está incorreta em seu posicionamento, pois é vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou repouso semanal remunerado, sendo que o fracionamento dependerá da concordância do empregado.

Questão 74

Rodrigo, auxiliar de estoque, ingressou com Reclamação Trabalhista perante o seu ex-empregador, Indústria “Tudo Pesado” Ltda.

O empregado informa, em sede de inicial trabalhista, que se submetia a uma jornada de trabalho exaustiva, bem como era obrigado, dentro das atividades desempenhadas, a remover sacos de cimento de 80 kg, o que sempre lhe ocasionou fortes dores na coluna.

Acerca das normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa violou normas de segurança, já que o peso máximo a que um empregado poderá ser submetido é de 40 kg.
- b) A empresa violou normas de segurança, já que o peso máximo a que um empregado do sexo masculino poderá ser submetido é de 60 kg, não estando compreendido neste limite legal a

remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, hipótese em que o Ministério do Trabalho, poderá fixar limites diversos.

c) A empresa não violou normas de segurança, já que o peso máximo a que um empregado poderá ser submetido para remover objetos individualmente deverá ser fixado conforme altura e peso do empregado, sendo as normas do Ministério do Trabalho.

d) A empresa violou normas de segurança, já que o peso máximo a que um empregado do sexo masculino poderá ser submetido é de 50 kg, conforme normas do Ministério do Trabalho.

Questão 75

Sandy, juntamente com o seu marido, decide adotar Theodoro Lima, e comunica tal fato ao seu empregador.

Após o processo judicial de adoção, Sandy procura o RH da empresa comunicando a ocorrência efetiva da ação, bem como pleiteando o direito a licença maternidade. Nesse sentido, observa-se que:

a) Sandy terá direito a 60 dias de licença remunerada, em razão da adoção de Theodoro.

b) Sandy, por ser mãe adotante, não terá direito a licença maternidade.

c) Sandy poderá usufruir da licença maternidade de forma proporcional a idade de Theodoro, o que deverá ser verificado pela empresa.

d) Sandy terá direito a licença maternidade de 120 dias, sendo que a sua concessão apenas dependerá da apresentação do termo judicial de guarda.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

A empresa “Ferro e Aço” S/A foi condenada ao pagamento de danos extrapatrimoniais ao seu ex-empregado, Roberval, em razão de supostamente ter violado o seu direito a imagem, em especial, por divulgar, em campanha interna da empresa, fotografias do empregado.

Irresignada com a decisão, perante as provas documentais assentadas nos autos, a Reclamada interpôs Recurso Ordinário, e efetuou o recolhimento do depósito recursal, além das custas processuais.

No entanto, o TRT não conheceu do recurso, considerando-o deserto, sob a alegação de que reclamada não haveria recolhido o montante correto das custas processuais fixadas em sentença.

Considerando o equívoco do TRT, já que as custas processuais foram adequadamente recolhidas e estão devidamente comprovadas nos autos, a reclamada para reverter a decisão poderá se valer da seguinte medida processual:

a) Agravo de Instrumento

- b) Agravo Regimental
- c) Embargos de Declaração
- d) Recurso de Revista

Questão 77

Paulo Souza foi empregado da empresa Pizzaria "Sabores da Terra", desde o ano de 2010. Após a extinção do seu contrato, ocorrida em janeiro de 2018, ingressou com Reclamação Trabalhista pelo rito sumaríssimo, pleiteando diversos haveres trabalhistas, entre eles, adicional de periculosidade. Neste sentido, analisando-se os regramentos de tal procedimento, assinale a alternativa correta:

- a) O empregado, para fins probatórios, poderá se valer de até três testemunhas, o que se difere no procedimento sumário.
- b) Tendo-se realizado perícia, as partes terão prazo de oito dias para se manifestarem acerca do laudo.
- c) Caso o empregador se enquadrasse como uma sociedade de economia mista, vedado tornar-se-ia a adoção de tal procedimento.
- d) O não comparecimento das testemunhas de Paulo, neste procedimento, implicará na intimação, caso provado o convite realizado pelo obreiro.

Questão 78

Dan Dan ingressou com Reclamação Trabalhista perante a empresa "Mundo Azul" Ltda. pleiteando diversos haveres trabalhistas, e sendo a empresa condenada em todos os pleitos.

Já em sede de execução das verbas trabalhistas, o magistrado, caso entenda necessário, poderá impulsionar a execução de ofício, quando:

- a) As partes não estiverem representadas por advogado, ou seja, estiverem se valendo do jus postulandi.
- b) A parte interessada não adotar as providências para iniciar a liquidação da sentença.
- c) A parte tratar-se de órgãos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- d) A reclamada tratar-se de massa falida ou empresa em recuperação judicial.

Questão 79

Rosemary foi testemunha da empresa reclamada, a qual trabalha como gerente, uma vez que o ex-empregado, Rubão, havia proposto Reclamação Trabalhista atribuindo a causa o valor de R\$50.000,00.

Durante a instrução, ela intencionalmente alterou a verdade dos fatos, apesar de ter prestado compromisso de dizer a verdade, alegando que Rubão nunca havia prestado horas extras no transcorrer do contrato de trabalho.

O Juiz, na sentença, condenou a empresa ao pagamento de horas extras prestadas, tendo em vista os depoimentos das testemunhas da Autora, bem como condenou, a favor do reclamante, Rosemary por litigância de má-fé. Nesse caso hipotético,

- a) Não é possível a condenação de Rosemary por litigância de má-fé, uma vez que tal cominação apenas é prevista para o reclamante, reclamado ou interveniente.
- b) É possível a condenação de Rosemary, uma vez que a pena de litigância de má-fé também é prevista à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos, devendo ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa.
- c) É possível a condenação de Rosemary, uma vez que a pena de litigância de má-fé também é prevista à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos, entretanto, o valor máximo é o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- d) É possível a condenação de Rosemary, uma vez que a pena de litigância de má-fé também é prevista à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos, entretanto, o valor máximo é de 1% do valor corrigido da causa, a favor do reclamante.

Questão 80

A empresa “Corujas de Plantão” Ltda. foi condenada a pagar verbas rescisórias a Meg em sede de reclamação trabalhista com decisão transitada em julgado. Já em sede de execução, a empresa foi citada para pagamento, mas ficou inerte, deixando de pagar, oferecer bens à penhora ou garantir o juízo.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão poderá, após 30 dias, ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).
- b) A decisão poderá, após 15 dias, ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).
- c) A decisão poderá, após 45 dias, ser levada a protesto, o que não torna possível a inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).
- d) A decisão poderá, após 45 dias, ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).